

## Sucessão Familiar e permanência do jovem no Meio Rural

### *Family Succession and the young person's staying in Rural Areas*

Biatriz Ferreira Magalhães<sup>1</sup>, Anísio da Silva Nunes<sup>2</sup>, Adelice Minetto Sznitowski<sup>3</sup>

**RESUMO:** As propriedades rurais familiares enfrentam desafios no processo sucessório, uma vez que muitos jovens não participam das atividades produtivas nem da tomada de decisão, o que os deixa despreparados para administrar a propriedade no futuro. Este estudo teve como objetivo caracterizar o envolvimento dos jovens rurais nas propriedades de seus pais. Dados quantitativos foram coletados por meio de questionários aplicados a 119 filhos de produtores rurais brasileiros, com idades entre 17 e 35 anos. A análise utilizou os testes de Shapiro-Wilk e Qui-Quadrado com correção de Yates, realizados com o *software* R®. A maioria dos participantes é do sexo masculino, tem entre 17 e 25 anos e ensino superior incompleto. Grande parcela desses jovens participa de atividades na propriedade da família, como planejamento, colheita e manejo de pastagens. Quanto à sucessão, 90,4% expressaram a intenção de assumir a gestão da propriedade familiar. No entanto, há resistência dos pais em aceitar mudanças propostas pelos filhos, o que representa um desafio. Essa resistência reflete tensões entre tradição e inovação, com preocupações com quebra de práticas tradicionais e conflitos geracionais. O estudo destaca a importância de promover o diálogo intergeracional e preparar os jovens para a transição na gestão das propriedades rurais familiares.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Jovens rurais; Participação.

**ABSTRACT:** Family-run rural properties face challenges in the succession process, since many young people do not participate in productive activities or decision-making, which leaves them unprepared to manage the property in the future. This study aimed to characterize the involvement of rural youth in their parents' farms. Quantitative data were collected through questionnaires applied to 119 children of Brazilian rural producers, aged between 17 and 35 years. The analysis used the Shapiro-Wilk and Chi-Square tests with Yates' correction, performed using R® software. Most participants are male, aged between 17 and 25, with incomplete higher education. A large portion of these young people participates in activities on the family property, such as planning, harvesting, and pasture management. Regarding succession, 90.4% expressed the intention to take over the management of the family property. However, there is resistance from parents to accept changes proposed by their children, which represents a challenge. This resistance reflects tensions between tradition and innovation, with concerns with breaking traditional practices and generational conflicts. The study highlights the importance of promoting intergenerational dialogue and preparing young people for the transition in the management of family-run rural properties.

**Keywords:** Family farming; Participation; Rural Youth.

**Autor correspondente:** Biatriz Ferreira Magalhães

E-mail: biatriz.magalhaes@unemat.br

Recebido em: 2025-10-21

Aceito em: 2025-12-09

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola (PPGASP) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Tangará da Serra (MT), Brasil.

<sup>2</sup> Doutor em Agronomia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Tangará da Serra (MT), Brasil.

<sup>3</sup> Doutora em Administração pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola (PPGASP) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Tangará da Serra (MT), Brasil.

## 1 INTRODUÇÃO

As unidades produtivas familiares estão vivenciando um processo acentuado de migração de jovens rurais para os centros urbanos (Weber, 2020). O afastamento dos filhos das atividades da propriedade, assim como da tomada de decisões e da administração dos negócios, resulta em seu despreparo para gerir a atividade produtiva familiar, levando ao desestímulo. Embora os filhos de agricultores não sejam obrigados a permanecer na atividade rural, há aqueles que desejam continuar o negócio dos pais, mas não encontram condições favoráveis (Matte; Machado, 2016).

Na agricultura familiar, os jovens desempenham um papel fundamental, pois a unidade de produção agrícola possui identidade marcada pela gestão e trabalho integrados à família. Frequentemente, os jovens rurais buscam profissões que não estão relacionadas ao ambiente rural, distanciando-se de suas raízes (Silva *et al.*, 2017).

Bieger *et al.* (2018) afirmam que a falta de perspectiva da nova geração para permanecer na unidade de produção familiar é alarmante no Brasil, e a migração dos jovens é justificada pela impressão negativa do setor agrícola. Para encontrar alternativas que minimizem os problemas da sucessão familiar rural e incentivem os jovens a permanecerem no campo, diversas entidades, instituições e políticas públicas têm surgido. Iniciativas promovidas por cooperativas trabalham com jovens associados, ou filhos de associados, para desenvolver lideranças e valorizar a agricultura (Kestring *et al.*, 2020).

O processo sucessório iniciado tardiamente limita a participação ativa dos jovens na gestão das propriedades rurais, resultando na migração para áreas urbanas. Breitenbach e Corazza (2021) destacam que a maior parte dos jovens rurais brasileiros que migram é do gênero feminino. Entre os motivos estão a expansão dos serviços urbanos, a desvalorização do trabalho dos agricultores, a falta de autonomia e de oportunidades na agricultura que permitam aos jovens trabalharem independentemente da gestão dos pais, a invisibilidade do trabalho dos jovens e a escassez de políticas que incluam os jovens na agricultura.

Caracterizar a participação dos jovens rurais nas atividades das propriedades de suas famílias é essencial para entender os desafios e oportunidades no processo sucessório da agricultura familiar. A migração acentuada dos jovens para centros urbanos, além da falta de envolvimento nas decisões e na administração dos negócios rurais, compromete a continuidade e sustentabilidade dessas unidades produtivas (Weber, 2020; Matte; Machado, 2016). A participação ativa dos jovens nas propriedades rurais pode promover uma gestão mais inovadora e sustentável, assegurando a transmissão de conhecimentos e a adaptação a novas tecnologias (Silva *et al.*, 2017). Este estudo visa analisar como os jovens estão envolvidos nas atividades agrícolas e na gestão das propriedades, identificando as principais barreiras e facilitadores para sua permanência no campo (Kestring *et al.*, 2020). Compreender essas dinâmicas é fundamental para desenvolver políticas públicas e iniciativas que incentivem a sucessão familiar e a valorização do trabalho dos jovens na agricultura.

### 1.1. AS PROPRIEDADES RURAIS BRASILEIRAS

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017, o Brasil conta com mais de cinco milhões de estabelecimentos rurais, dos quais 3,9 milhões são classificados como de

agricultura familiar. Estes empregam 67% da mão-de-obra no campo, ocupam 23% do total da área de estabelecimentos agropecuários brasileiros e o valor da produção da Agricultura Familiar (AF) atinge 23% (R\$ 107 bilhões) de toda a produção agropecuária brasileira.

Os estados Pernambuco, Ceará e Acre são os que possuem as maiores proporções de área ocupada pela agricultura familiar. Em contrapartida, os estados do Centro-Oeste (MT, MS, GO e DF) e São Paulo possuem as menores proporções (IBGE, 2017).

De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que dispõe sobre as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para ser classificado como AF, o estabelecimento deve ser de pequeno porte (até quatro módulos fiscais), utilizar mão-de-obra da própria família, ter a atividade agrícola compondo, no mínimo, metade da renda familiar, e ter gestão estritamente familiar (Brasil, 2006). Os estabelecimentos que não se enquadram em um ou mais desses critérios são classificados automaticamente como não-familiares, ou seja, agricultura não-familiar (Santos, 2021).

A referida Lei, em sua definição, traz propósitos de política de apoio à AF e, como tal, apresenta um viés explícito em favor das unidades familiares menores. A AF representa o setor da agricultura em que os gestores dos estabelecimentos rurais são também os próprios trabalhadores rurais, sendo o maior segmento em número de estabelecimentos rurais do país e com importância econômica em diversas cadeias produtivas (Abramovay *et al.*, 1998).

## 1.2. ADMINISTRAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS

A agricultura passou por diversas transformações ao longo dos anos. Nesse processo de modernização, o produtor rural se profissionalizou e se tornou empresário rural, surgindo assim outro ramo da administração: a administração rural (Azer, 2007; Costa, 2021).

Conforme Hoffmann (1984), a administração rural concentra-se nos estudos que investigam a organização e o funcionamento eficiente de uma empresa agrícola para obter resultados lucrativos e sustentáveis, com foco financeiro. Nesse contexto, o empresário rural atua como gestor financeiro. Quase quarenta anos depois, Silva (2022) afirma que a administração rural abrange o planejamento e o controle das operações, oferecendo uma visão global da fazenda. Essa perspectiva mais ampla capacita o administrador rural a tomar decisões fundamentadas para melhorar os resultados nas propriedades, desempenhando um papel crucial na sustentabilidade do agronegócio.

Administrar uma propriedade rural exige que o administrador possua conhecimentos em várias áreas, pois ele é responsável por analisar os resultados obtidos pela empresa rural e auxiliar no processo de tomada de decisão. Com base nos dados de produção, ele deve fazer o planejamento estratégico a longo prazo para que o empreendimento seja sustentável (Ulrich, 2009; Silva, 2022).

A administração rural envolve planejar, organizar, controlar e liderar. Requer a capacidade de utilizar técnicas e ferramentas de gestão, o uso de tecnologia nos processos, a tomada de decisões e a resolução de problemas. A comunicação eficaz, a capacidade de negociação, além de possuir uma visão sistêmica e global da estrutura de gestão, ação,

coragem, criatividade, gestão responsável e profissional são características essenciais para ser um bom líder (Ulrich, 2009; Silva, 2022).

Estudos realizados por Flamino e Borges (2019) apontam que o setor agrícola passou por transformações, exigindo que as organizações envolvidas no processo de produção adotem uma gestão mais eficiente, sustentável e inovadora. Deve-se ter uma visão empreendedora dos negócios e atividades para sobreviver ao longo do tempo e obter prosperidade econômica. Práticas adequadas de gestão são essenciais para o produtor ter sucesso em seu empreendimento. Nesse sentido, cabe a ele o planejamento da produção, a organização do estabelecimento e o controle de todo o processo e atividades desempenhadas. Tais práticas de liderança tornam a empresa rural mais competitiva e eficiente.

### 1.3 SUCESSÃO FAMILIAR EM PROPRIEDADES RURAIS

A maioria das propriedades rurais no Brasil é dirigida por membros da família, tornando-se, portanto, uma empresa familiar (Silva *et al.*, 2020). De acordo com Pérez e Gutiérrez (2016), uma empresa familiar é uma organização onde coexistem os membros da empresa e da família, como dois subsistemas sobrepostos e interdependentes.

O processo sucessório é decisivo para a continuidade e sobrevivência do negócio rural. Desse modo, compete ao gestor adotar uma forma de proceder na escolha de quem assumirá a sucessão do negócio. A sucessão familiar é determinante para as propriedades rurais, pois é durante o processo sucessório que ocorre a transmissão da gestão da propriedade a um sucessor, filho ou filha, que ficará responsável por dar continuidade ao desenvolvimento das atividades anteriormente realizadas pelos pais (Brizzola *et al.*, 2020).

O modelo de sucessão geracional está relacionado com a gestão do negócio, que fica a cargo do pai até que suas condições de saúde e trabalho cheguem ao limite da idade, ou seja, a gestão dos negócios e a posse do patrimônio tendem a ocorrer tardiamente, dentro de um modelo denominado sucessão tardia. A sucessão geracional era vista como um “acontecimento natural”, pois, no passado, os filhos permaneciam por obrigação moral, pelo amor à terra, para manter o senso de coletividade familiar e a reprodução do patrimônio entre as gerações (Moreira; Spanevello, 2019).

O fato de os jovens rurais serem iniciados mais cedo na gestão das propriedades, com maior participação nas tomadas de decisões, favorece a sucessão. Especialmente para as jovens, às quais é pouco oportunizada a participação na gestão e nas atividades produtivas. Quem tem a oportunidade de participar nas atividades de gestão e produção desde cedo tem mais chances de ser sucessor (Breitenbach; Corazza, 2019).

Moreira *et al.* (2020) citam que, associada à diminuição da população rural, está a redução do número de produtores rurais jovens. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, produtores rurais jovens (idade entre 25 e 35 anos) somam atualmente 9,5% do total dos produtores brasileiros, enquanto no Censo Agropecuário de 2006, representavam 13,5%. Por outro lado, o número de produtores rurais brasileiros com 65 anos ou mais representa 21,4% dos moradores de áreas rurais, sendo que em 2006, quando foi realizado o último levantamento, eles representavam 17,52%. Ou seja, a quantidade de produtores rurais jovens diminuiu ao longo dos anos, enquanto a de produtores rurais com 65 anos ou mais aumentou.

Segundo Brizzola *et al.* (2020), diversos fatores influenciam a evasão dos jovens do meio rural, destacando-se a falta de interesse dos jovens, a falta de incentivo por parte dos pais, a falta de preparação no processo de sucessão familiar, bem como a ausência de políticas públicas que ofereçam condições para que esses jovens permaneçam no campo. Esses motivos interferem na decisão dos jovens sobre permanecer ou não no meio rural.

Breitenbach e Corazza (2021) ressaltam que a limitação imposta pelos pais quanto à participação dos filhos na tomada de decisões nas propriedades compromete o processo sucessório. Apenas 28,1% dos jovens afirmam participar do processo decisório da gestão da propriedade, enquanto 48,1% apenas auxiliam nas atividades de produção.

Existem fatores que tanto fortalecem quanto prejudicam a permanência dos jovens no meio rural. Questões de gênero, quantidade de terra, educação e políticas agrícolas, assim como normativas culturais e tradicionais de gênero, dificultam os planos de sucessão (Troian; Breitenbach, 2018). O vínculo familiar, as melhorias nas condições de trabalho e renda, e a realização de uma gestão compartilhada entre pais e filhos servem de estímulo ao trabalho do jovem no campo. Por outro lado, a existência de conflitos, o processo sucessório tardio e sem planejamento, e a falta de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar podem desestimular a permanência do jovem no meio rural (Oliveira *et al.*, 2021).

Somado a questões de gênero, terra e educação, destaca-se que, em famílias sem filhos do sexo masculino, a probabilidade de sucessão diminui em 31%. Considerando um cenário de fertilidade decrescente, a adesão aos papéis tradicionais de gênero limita a probabilidade de que uma propriedade continue com sucesso por meio das gerações (Arends-Kuenning *et al.*, 2021).

Ademais, o êxodo dos jovens do ambiente rural gera ameaça à sucessão familiar, o que implica um provável esvaziamento do rural em breve. Ao examinar o processo no qual a juventude rural decide não permanecer no campo, pesquisas apontam diversas motivações para essa escolha, desde a baixa expectativa de renda na agricultura camponesa, a falta de participação na gestão da economia familiar, até a busca por melhor infraestrutura, serviços públicos e opções de lazer (Redin; Silveira, 2012).

Conforme Toledo e Zonin (2021), a renda é uma condição importante para despertar o interesse dos jovens agricultores na mudança geracional, todavia não é o único fator decisivo. A capacidade de geração de renda monetária, adequada e compatível com as necessidades e desejos dos membros da família, é central na discussão sobre a sucessão nos estabelecimentos rurais. A necessidade de ingressos financeiros com fontes e fatos geradores próprios tem se tornado um requisito básico para continuar e assumir o negócio administrado pelos pais. Embora esse fator possa representar um projeto de vida de ficar ou partir, essa possibilidade pode ser influenciada pelas razões de sucesso de regiões mais prósperas, cujos agricultores reuniram condições materiais, simbólicas e de ascensão social por meio de outras profissões.

#### 1.4. O JOVEM RURAL

Compreende-se que o jovem rural não apenas reside no meio rural, mas também vivencia o ambiente, participando da unidade produtiva familiar e ocupando espaços

culturalmente definidos. Ele se relaciona com um modo de ser específico, vinculado a uma realidade onde o mundo do trabalho e o mundo da vida se fundem e se confundem (Kummer; Colognese, 2013).

Estudo elaborado por Maia *et al.* (2018) evidencia que muitos jovens desejam a continuidade da formação profissional em cursos superiores, como agronomia e veterinária, e planejam retornar à propriedade após a conclusão desses cursos. Essa volta ao meio rural pode estar ligada à educação do campo, que atua em seus cursos técnicos como ferramenta de socialização e construção dos projetos dos jovens rurais, aproximando-os do mundo em que vivem.

Há também filhos que têm interesse em permanecer no meio rural e construir projetos futuros no campo (Valadares *et al.*, 2016). O êxodo não é mais a única escolha para esses indivíduos. Nos últimos 20 anos, houve um aumento significativo da permanência no campo em quase todas as regiões do país, com exceção do Sudeste, que sempre se destacou por suas altas taxas de urbanização, seja pelas frequentes transformações das áreas rurais adjacentes às zonas urbanas ou devido aos efeitos atrativos das cidades.

Os investimentos do país em políticas públicas têm impactado diretamente na melhoria da renda e da qualidade de vida dos moradores do campo, contribuindo para o aumento da permanência dos jovens no meio rural. Ao mesmo tempo, intensificaram-se as ações da juventude rural realizadas por importantes movimentos sociais, o que influenciou a produção acadêmica sobre o tema, dando maior atenção à permanência dos jovens no meio rural. Segundo Martins (2021), alguns dos fatores que afetam a permanência dos jovens no campo são a renda, o acesso à terra, as relações familiares, o acesso a políticas públicas, a educação diferenciada, a autonomia e a proximidade com o espaço urbano.

Os jovens brasileiros oriundos do campo continuam a abandonar a agricultura e o meio rural para buscar alternativas nas cidades. O êxodo rural, nesse caso, não é apenas consequência de uma lógica que dita que a urbanização é o mundo das possibilidades, enquanto o campo é visto como uma área “atrasada”. A inviabilidade decorrente de questões materiais e estruturais no modelo produtivo agrícola do campo brasileiro contribui para a invisibilidade social dos jovens. A ausência de políticas públicas os exclui da participação na produção rural, comprometendo suas perspectivas de uma vida digna no meio rural (Rabello *et al.*, 2014).

Os jovens rurais possuem interesses semelhantes aos dos jovens do meio urbano. Eles desejam acesso a bens, mobilidade e melhoria das condições de contato social (aparência), além de contribuir nas relações afetivas e, propriamente, nos casamentos. Nesse sentido, alguns encontram meios de “acessar” os aspectos urbanos migrando e obtendo renda nas cidades (Carneiro, 2007).

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa, classificada como descritiva, teve como objetivo caracterizar um fenômeno e correlacionar as variáveis do estudo (Minayo, 2013). Trata-se de um estudo transversal, uma vez que os dados analisados foram coletados em um único ponto

temporal, representando um momento estático na análise. Como seria impossível pesquisar toda a população de jovens rurais do país, utilizou-se uma amostra para representá-los (Mineiro, 2020). A amostra da população foi avaliada quantitativamente com caráter descritivo e aplicado.

A amostra foi composta por filhos de produtores rurais com faixa etária entre 17 e 35 anos. No Brasil, há 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, onde residem cerca de cinco milhões de pessoas, dentre elas, 935 mil são do gênero feminino (IBGE, 2017). Para estimar o número de filhos de produtores rurais, utilizou-se a taxa de fecundidade rural, que é de 2,45 filhos por mulher (EMBRAPA, s/d). Outro aspecto avaliado foram as principais atividades desempenhadas pelos jovens nos estabelecimentos agropecuários em que estão inseridos.

Quanto à amostragem, para estimar o tamanho da população de jovens rurais, aplicou-se a fórmula:

$$\text{Tamanho da população} = (\text{Nº de mulheres residentes rurais} * \text{Taxa de fecundidade rural})$$

$$\text{Tamanho da população} = 2.290.7500$$

Para determinar o tamanho da amostra foi utilizado o seguinte cálculo:

$$\text{Tamanho da amostra} = [z^2 * p(1 - p)] / e^2 / 1 + [z^2 * p(1 - p)] / e^2 * N \quad (1)$$

Onde: N = tamanho da população; z = escore z; e = margem de erro; p = desvio padrão.

O resultado encontrado para o tamanho da amostra foi de 119 filhos de produtores rurais, permitindo um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 9%.

As técnicas utilizadas para selecionar o grupo de participantes foram a seleção intencional, onde, ao identificar um perfil apto a responder o questionário, o convite com o link para participar da pesquisa era disponibilizado, e a seleção voluntária, por meio da criação de um anúncio pago. Para divulgar a pesquisa e o link de acesso ao questionário na rede social mais utilizada pela faixa etária desejada, o Instagram, os jovens que visualizaram o anúncio e se identificaram como público-alvo da pesquisa se voluntariaram a responder o questionário.

O anúncio foi configurado para ser exibido a 12 mil pessoas consideradas pelo algoritmo do Instagram Ads como público-alvo da pesquisa, segmentadas pela faixa etária e interesse, ou seja, jovens de 17 a 35 anos de todos os estados brasileiros que interagem com perfis relacionados ao meio rural.

A veiculação do anúncio por meio de tráfego pago iniciou no dia 08 e finalizou em 13 de abril de 2023. Após essa data, a pesquisa continuou sendo divulgada de forma orgânica com a colaboração de perfis influentes no segmento do público-alvo. A pesquisa continuou aceitando respostas até o dia 30 de outubro de 2023.

Quanto aos critérios de inclusão e exclusão, foram incluídos na pesquisa somente os jovens filhos de produtores rurais, independentemente da classificação do estabelecimento, podendo ser da AF ou não, desde que os jovens estivessem na faixa etária estipulada na análise. O critério de exclusão foi retirar os jovens que não são filhos de produtores rurais e/ou que não se enquadraram na faixa etária estabelecida.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário com 22 questões, sendo 12 fechadas e 10 com possibilidades de respostas abertas, todas de preenchimento obrigatório, elaborado no Google Forms e o link disponibilizado via WhatsApp e Instagram.

Algumas perguntas possuíam filtros, e, dependendo da resposta, o participante era direcionado à próxima seção. Por exemplo, a primeira pergunta indagava se o respondente tinha interesse em permanecer na propriedade; se a resposta fosse negativa, seguia-se para a próxima pergunta. Havia outras questões desse modelo.

Para a análise dos dados, foi utilizado o Teste de Shapiro-Wilk para avaliar a normalidade dos dados e o Teste de Qui-Quadrado com a Correção de Yates. Todas as análises foram realizadas com o auxílio do software estatístico R®.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A maioria dos jovens rurais que participaram da pesquisa é do sexo masculino (60%), tem entre 17 e 25 anos (66,4%) e possui Ensino Superior incompleto (43,2%) (Tabela 1). Estar cursando o Ensino Superior permite que adquiram habilidades técnicas, além de trazer inovação e perspectivas renovadas para o setor agrícola (Oliveira *et al.*, 2021). Ao retornarem às suas comunidades de origem após a conclusão dos estudos, tornam-se agentes de transformação, catalisando o desenvolvimento econômico e social nas áreas rurais (Redin; Silveira, 2012).

**Tabela 1.** Dados sociodemográficos (idade, escolaridade e sexo) dos jovens participantes da pesquisa

Variável	N	%	P
<b>Idade</b>			
Até 17 anos	7	5,6	< 0,0001*
De 17 a 25 anos	83	66,4	
De 26 a 35 anos	35	28,0	
<b>Escolaridade</b>			
Ensino Fundamental completo	5	4,0	< 0,0001*
Ensino Médio incompleto	6	4,8	
Ensino Médio completo	18	14,4	
Ensino Técnico incompleto	6	4,8	
Ensino Técnico completo	8	6,4	
Ensino Superior incompleto	54	43,2	
Ensino Superior completo	28	22,4	
<b>Sexo</b>			
Masculino	75	60,0	
Feminino	50	40,0	

Fonte: dados da pesquisa (2023). \*Teste qui-quadrado,  $p \leq 0,05$ .

Entre os entrevistados, 76,8% realizam alguma ação na propriedade rural de seus pais, principalmente em atividades de planejamento (46,9%), colheita (46,9%) e manejo de pastagens (44,8%) (Tabela 2). Constatou-se também que 50% das jovens mulheres estão envolvidas nas atividades de planejamento, enquanto 35,4% dos homens realizam tais atividades.



**Tabela 2.** Participação de jovens nas atividades das propriedades rurais de seus pais

Pergunta	N	%	P
Realiza alguma atividade na propriedade rural?			
Sim	96	76,8	< 0,0001*
Não	29	23,2	
Áreas das atividades que realizam na propriedade rural			
Planejamento	45	46,9	0,0312*
Aquisição de Insumos	24	25,0	
Semeadura ou Plantio	42	43,8	
Manejo do Solo e Adubação	41	42,7	
Manejo de Plantas Daninhas	33	34,4	
Manejo de Pragas	36	37,5	
Manejo de Doenças	35	36,5	
Colheita	45	46,9	
Manejo de pastagens	43	44,8	
Manejo da sanidade animal	26	27,1	
Manejo reprodutivo	24	25,0	
Ordenha manual ou mecânica	25	26,0	
Gestão dos Custos de Produção	26	27,1	
Controle Financeiro	32	33,3	
Comercialização e Vendas	24	25,0	
Outro	5	5,0	

Fonte: dados da pesquisa (2023). \*Teste qui-quadrado,  $p \leq 0,05$

A participação ativa dos jovens rurais nas atividades das propriedades de seus pais é crucial para a continuidade e evolução sustentável do meio rural. Ao se envolverem desde cedo nas operações agrícolas familiares, absorvem, além dos conhecimentos práticos e tradicionais, saberes que os tornam agentes de inovação. Essa presença ativa traz novas perspectivas e permite a incorporação de novas tecnologias e práticas agrícolas sustentáveis (Spanevello *et al.*, 2021).

Ao participarem da gestão e tomada de decisões nas propriedades, o ambiente se torna favorável para a transmissão intergeracional, contribuindo para a viabilidade econômica e a resiliência das propriedades. Portanto, a participação dos jovens rurais influencia positivamente o futuro do setor agrícola, promovendo comunidades rurais mais robustas e sustentáveis (Martins, 2021).

Entre os entrevistados que não participavam das atividades nas propriedades rurais de seus pais, os principais motivos citados foram "moro em outro município para estudar" ou "divergências de pensamentos com o meu pai". As divergências entre pais e filhos, aliadas aos conflitos geracionais, constituem desafios que impactam a sucessão familiar em propriedades rurais. O contraste entre as tradições agrícolas estabelecidas pelos pais e as perspectivas inovadoras dos filhos frequentemente gera tensões, evidenciando diferentes mentalidades, valores e abordagens em relação à gestão rural (Rabello *et al.*, 2014).

Questões como a adoção de novas tecnologias, práticas sustentáveis e a diversificação das atividades agrícolas são frequentemente pontos de discórdia. Esses conflitos podem comprometer a harmonia familiar, dificultar a comunicação eficaz e, em última instância, impactar negativamente a continuidade e a sucessão da propriedade. Para enfrentar esses desafios, é necessário estabelecer canais de comunicação eficazes e

reconhecer a importância da adaptação e do equilíbrio entre tradição e inovação na sucessão familiar em propriedades rurais (Ribeiro, 2021).

Quanto ao interesse dos jovens em assumir, no futuro, a gestão da propriedade rural dos seus pais, 90,4% responderam positivamente (Tabela 3). Esse expressivo percentual demonstra interesse e comprometimento com a continuidade das atividades agrícolas familiares.

**Tabela 3.** Interesse em assumir a gestão e resistência às mudanças, na percepção dos jovens rurais

Pergunta	N	%	P
<b>Você gostaria de assumir a gestão da propriedade rural no futuro?</b>			
Sim	113	90,4	< 0,0001*
Não	12	9,6	
<b>Seus pais implementariam uma mudança que você propôs?</b>			
Sim, facilmente	38	30,4	< 0,0001*
Depois de muito esforço	80	64,0	
Não, sem chance	7	5,6	

Fonte: dados da pesquisa (2023). \*Teste qui-quadrado,  $p \leq 0,05$ . \*Teste qui-quadrado,  $p \leq 0,05$

Entre os jovens rurais sem interesse em assumir, no futuro, a gestão da propriedade rural de seus pais, os motivos elencados foram: “minha área de profissão vai para pesquisa hospitalar”, “minha área é outra”; “não me interessa pela área”, “meu dia a dia está na cidade”, “tenho outros planos”, “vejo minha vida longe da propriedade dos meus pais” e “pretendo continuar na cidade”.

Em relação aos pais adotarem mudanças na propriedade rural propostas pelos filhos, 64% responderam que: “depois de muito esforço, se eu conseguir convencê-los” (Tabela 3). Esse fato já fora constatado por Arends-Kuenning *et al.* (2020), ou seja, há resistência dos agricultores em implantar mudanças propostas pelos seus filhos, evidenciando a tensão entre a tradição arraigada e a inovação proposta.

No entanto, é pertinente destacar que essa resistência pode ser superada com diálogo aberto, compreensão mútua e a implementação gradual de mudanças. A valorização da experiência dos agricultores mais velhos, combinada com a introdução de inovações, pode amenizar a resistência e construir pontes entre gerações (Silva *et al.*, 2020).

Quanto às dificuldades atualmente enfrentadas, destacaram-se: “falta de conhecimento na área”, “reconhecimento”, “falta de incentivo”, “o pai escutar mais o filho”, “vivência para tocar um negócio de risco tão alto”, além de questões sobre dificuldade de gestão em geral e, especificamente, da mão de obra. Nesse sentido, Silva *et al.* (2020) mencionam que a falta de preparo dos jovens rurais para assumir a propriedade dos pais é um desafio substancial que muitas vezes gera insegurança, tanto para os próprios jovens quanto para as operações agrícolas familiares. Para Ulrich (2009) e Silva (2022), a falta de preparação pode criar uma lacuna entre as expectativas e a realidade, gerando inseguranças sobre a capacidade dos jovens em manter e desenvolver eficazmente a propriedade. Superar a falta de preparo fortalece a confiança dos jovens e assegura a sustentabilidade e prosperidade das propriedades rurais a longo prazo (Stropasolas, 2014).

## 4 CONCLUSÕES

A dinâmica entre pais e filhos nas propriedades rurais é um aspecto determinante para a sucessão familiar. Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo caracterizar a participação dos jovens rurais nas atividades da propriedade rural dos seus pais. Embora a sucessão na gestão das propriedades seja um tema que traz muitos desafios, os resultados da pesquisa são animadores quanto ao interesse dos jovens em assumir a propriedade de seus pais, com 90% manifestando tal intenção.

Contudo, o estudo também evidenciou a resistência dos agricultores em adotar mudanças propostas por seus filhos, representando um desafio significativo. Essa relutância evidencia a tensão entre tradição e inovação, com preocupações relacionadas à quebra de práticas tradicionais, ao desconhecido e às discrepâncias geracionais. Tal embate pode resultar em conflitos e inseguranças, especialmente quando os jovens enfrentam a falta de preparo para assumir a propriedade dos pais.

Ademais, a falta de preparo dos jovens pode gerar insegurança quanto à capacidade de gerir eficazmente as operações agrícolas familiares. A transição de responsabilidades muitas vezes exige habilidades diversificadas, desde gestão agrícola até compreensão do mercado e aptidões tecnológicas. Programas de treinamento e mentoria podem contribuir para o preparo dos jovens a fim de enfrentar os desafios complexos da agricultura moderna.

A importância deste estudo consiste em abordar o tema sucessão familiar e a permanência dos jovens no meio rural questões cruciais para o futuro da agricultura familiar no Brasil. Ao levantar e discutir os desafios que interferem nesse processo, o estudo não apenas ilumina os obstáculos que precisam ser superados, mas também oferece uma base para o desenvolvimento de estratégias eficazes para enfrentá-los.

Identificar o interesse dos jovens em assumir a propriedade rural de seus pais é um ponto vital. Este dado é fundamental para formular políticas públicas e iniciativas que incentivem a juventude a permanecer no campo, garantindo assim a sustentabilidade e a inovação no setor agrícola.

O estudo fornece insights valiosos que podem orientar ações e políticas voltadas para fortalecer o vínculo dos jovens com o meio rural, promovendo a transmissão de conhecimentos e a adaptação a novas tecnologias. Em última análise, este trabalho contribui para o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais, assegurando um futuro mais promissor e sustentável para a agricultura familiar no Brasil.

As limitações do estudo se relacionam ao grupo analisado, que é composto por jovens de diferentes regiões e de propriedades rurais de diferentes portes, o que pode interferir nos resultados, considerando as especificidades de grupos e locais.

Considerando esses desafios e oportunidades, sugere-se que pesquisas futuras discutam a eficácia e a contribuição de programas de capacitação e mentoria intergeracional voltados aos desafios e conflitos no processo de transição nas propriedades rurais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, T.; FERRARI, D.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Ed. Unesco, 104p. 1998.

ARENDS-KUENNING, M.; KAMEI, A.; GARCIAS, M.; ROMANI, G. E.; SHIKIDA, P. F. A. Gender, education, and farm succession in Western Paraná State, Brazil. **Land Use Policy**, v. 107, p. 105453, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2021.105453>.

AZER, A. M. **Tempos modernos da administração rural**. FUCAMP, Brasil, v. 6, 2007.

BIEGER, T.; BIEGER, G. R. Comunicação e sucessão rural: um olhar sobre a agricultura familiar. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 8, n. 4, 2018.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso: 10 mar. 2021.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, v. 17, n. 2, p. 262-296, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11600/1692715x.17212>.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Ser ou não ser sucessor? O que almejam os jovens rurais do Rio Grande do Sul. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, v. 19, n. 3, p. 212-234, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11600/rlcsnj.19.3.4093>.

BRIZZOLLA, M. M. B.; NETO, A. C.; KRAWSZUK, G. L.; BERLEZI, M. Sucessão familiar em propriedades rurais. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. e9169109408-e9169109408, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i10.9408>.

CARNEIRO, M. J. **Juventude rural em perspectiva**. Mauad Editora Ltda, 311p., 2007. COSTA, Gabriel Luiz Moreira da. **Recuperação judicial do empresário rural e seus reflexos para o produtor e para as instituições financeiras**. Monografia (Graduação em Direito) Centro Universitário Curitiba. Curitiba-PR. 45p., 2021.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Mudanças demográficas e efeitos no agro**. Disponível em: [https://www.embrapa.br/visao-de-futuro/intensificacao-tecnologica-e-concentracao-da-producao/sinal-e-tendencia/mudancas-demograficas-e-efeitos-no-agro#:~:text=Apesar%20das%20mudan%C3%A7as%20demogr%C3%A1ficas%20na,produ%C3%A7%C3%A3o%20\(Brasil%2C%202021\)](https://www.embrapa.br/visao-de-futuro/intensificacao-tecnologica-e-concentracao-da-producao/sinal-e-tendencia/mudancas-demograficas-e-efeitos-no-agro#:~:text=Apesar%20das%20mudan%C3%A7as%20demogr%C3%A1ficas%20na,produ%C3%A7%C3%A3o%20(Brasil%2C%202021)). Acesso: 21 ago. 2023.

FLAMINO, L. G.; BORGES, L. C. A Gestão Rural e o desafio contemporâneo informacional da Produção Leiteira. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 8, n. 2, p. 1-20, 2019.

HOFFMANN, R.; ENGLER, J. J. D. C.; SERRANO, O.; THAME, A. D. M.; NEVES, E. M. **Administração da empresa agrícola**. 4.ed. São Paulo: Pioneira, 325p., 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário, 2017**. Disponível em:  
[https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/pdf/agricultura\\_familiar.pdf](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf). Acesso: 13 ago. 2023.

KESTRING, K.; DANIEL, D. S.; CAVALHEIRO NETO, A.; ZONIN, V. J.; MATTIA, V. O programa juventude cooperativista e sua relação voltada a sucessão rural na agricultura familiar. **Revista Thêma et Scientia**, v. 10, n. 1, p. 08-26, 2020.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, p. 201-220, 2013. DOI: <https://doi.org/10.48075/rtc.v20i39.9817>.

MAIA, A. H. *et al.* Jovens rurais estudantes da Escola Estadual Jaraguá, Água Boa (MT): projetos de vida, dilemas e sucessão familiar. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 12, n. 2, p. 97-117, 2018.

MARTINS, L. R. Juventude rural no Brasil: referências para debate. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 1, p. 94-112, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-7>.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2016. DOI: <https://doi.org/10.19093/res.v18i37.3981>.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 406p., 2013.

MINEIRO, M. Pesquisa de survey e amostragem: aportes teóricos elementares. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED**, v. 1, n. 2, p. 284-306, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22481/reed.v1i2.7677>.

MOREIRA, S. L.; SPANEVELLO, R. M. Modelos sucessórios em propriedades rurais: um estudo no município de Cruz Alta/RS. **Revista Grifos**, v. 28, n. 46, p. 27-47, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v28i46.4563>.

MOREIRA, S. L.; SPANEVELLO, R. M.; BOSCARDIN, M.; LAGO, A. Estratégias paternas para a manutenção da sucessão geracional em propriedades rurais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 2, p. 413-433, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v28n2-7>.

OLIVEIRA, M. F.; MENDES, L.; VASCONCELOS, A. C. V. H. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, p. e222727, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.222727>.

PÉREZ, R. F. Q.; GUTIÉRREZ, J. N. A. Empresas familiares: conceptos, teorías y estructuras. *Ver. Esc. Adm.neg*, Bogotá, v. 81, p.149-158, 2016. DOI: <https://doi.org/10.21158/01208160.n81.2016.155S>.

RABELLO, D.; OLIVEIRA, L. B.; FELICIANO, C. A. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 15, n. 1, 2014. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v15i1.3032>.

REDIN, E.; SILVEIRA, P. R. C. Juventude rural: experiências e perspectivas. **Educação rural no mundo contemporâneo**, v. 1, p. 175-208, 2012.

RIBEIRO, S. C. F. Formação humana no MST: educação para e pelo trabalho. In: **V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo**, Educação e Emancipação Humana. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2021.

SANTOS, L. C. **Ensaio sobre a agricultura familiar na Região Nordeste do Brasil**: Pluriatividade e diferenças para a agricultura não familiar. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 91 f., 2021.

SILVA, A. N. N. **Administração em agronegócio**. 2022. Disponível em: <https://dspace.uniceplac.edu.br/handle/123456789/1792>. Acesso: 26 jun. de 2023.

SILVA, E. C. G. *et al.* Estudo das teorias da administração na gestão de pequenas propriedades rurais. **Caderno Profissional de Administração da UNIMEP**, v. 9, n. 1, p. 239-257, 2020.

SILVA, N. L. S. *et al.* O jovem rural e as perspectivas da sucessão nas propriedades de agricultura familiar. **Ciências Agrárias**, p. 36, 2017.

SPANVELLO, R. M. *et al.* Permanência da juventude no meio rural: para além da sucessão geracional tradicional. **Eutopía. Revista de Desarrollo Económico Territorial**, n. 19, p. 119-135, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17141/eutopia.19.2021.4897>.

STROPASOLAS, V. L. A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**, p. 178-199, 2014.

TOLEDO, E. N. B.; ZONIN, V. J. A sucessão geracional no meio rural em cinco estados brasileiros: possibilidades e limites (Generational succession in rural environment in five brazilian states: possibilities and limits). **Emancipação**, v. 21, p. 1-16, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.21.2114643.001>.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Interações** (Campo Grande), v. 19, p. 789-802, 2018. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v19i4.1768>.

ULRICH, E. R. Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio. **RACI-Revista de Administração e Ciências Contábeis do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai**, IDEAU, Bagé-RS, v. 4, n. 9, 2009.

VALADARES, A. A. *et al.* Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**, p. 59-94, 2016.

WEBER, C. **Sucessão geracional em propriedades rurais de associados a cooperativas agropecuárias**: uma abordagem sobre jovens mulheres. Dissertação (Mestrado em Agronegócios), Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões-RS, 154 p., 2020.